



## FURA-FILA DA VACINA E CPI DA COVID-19

O Brasil ultrapassa 4 mil mortes por dia e um total de mais de 350 mil vidas perdidas, mas a vacinação segue a passos de tartaruga em todo o país. Em vez de tentar solucionar o problema, Governo e Congresso juntam esforços para aprovar uma proposta que autoriza empresas a furarem a fila no Plano Nacional de Imunização, comprando de forma privada vacina para “os seus”. A proposta ([PL 948/2021](#)) foi aprovada na Câmara por 317 votos a favor e 120 contrários e, nesta semana, deve ser analisada em regime de urgência pelo Senado. Também teve a [discussão sobre a quebra de patentes das vacinas](#).

Por outro lado, a [CPI da Covid-19](#), para discutir possível omissão do governo no enfrentamento à pandemia, vai ser instalada no Senado por determinação do ministro Barroso, do STF. Na [quarta-feira o plenário do Supremo define se mantém o pedido](#). A tendência é que sim. Em conversa com o senador Jorge Kajuru (Cidadania/GO), [gravada e divulgada no Youtube](#), o presidente pediu que fossem ouvidos também governadores e prefeitos. O Senado já vê a CPI como uma possibilidade de ter mais [barganhas no Governo](#).

A enorme reação contrária à proposta do “Estatuto da Gestante”, apresentada pelo senador Eduardo Girão, já teve contra-ataque. O Governo faz uma nova investida e coloca em consulta pública a [minuta de projeto de lei](#) que institui o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto. Os movimentos continuam na pressão sobre o Estatuto, mas a consulta ainda é tema de debate. Há desconfiança sobre o que farão com os dados das pessoas que opinarem na plataforma do Governo.

Na pauta do Plenário da Câmara, o maior debate deve ser em torno da proposta sobre [Crimes contra o Estado Democrático de Direito](#). Há várias polêmicas no texto, que remetem tanto ao caso do deputado Daniel Silveira, como ao processo de criminalização dos movimentos sociais. Tem alguma chance de incluir violência política contra as mulheres também. Ainda na pauta, um projeto sobre medidas protetivas e outro sobre campanhas para igualdade no mundo do trabalho doméstico remunerado e não remunerado.

# PAUTA DA SEMANA

## NO CONGRESSO NACIONAL

No Plenário da Câmara, destacamos os **projetos em urgência:**

- **PL 5.595/2020:** Dispõe sobre o reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais;
- **PL 6.764/2002:** Dispões sobre crimes contra o Estado Democrático de Direito.

A discussão sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direitos promete. Fruto do trabalho da Comissão dedicada a estudar a legislação de Segurança Nacional, a proposta ganhou importância nos últimos meses por causa da prisão do deputado Daniel Silveira (PSL/SP). Mas tem pontos que interessam aos movimentos sociais, porque podem piorar a situação de criminalização que enfrentamos hoje. Arthur Lira, presidente da Câmara, tem pressa para aprovar a proposta porque teme que o Supremo atropеле o Congresso na interpretação da legislação atual. Por isso, a expectativa é que a votação avance ainda essa semana.

Destacamos ainda mais dois projetos que estão na pauta do Plenário:

- **PL 976/2019:** Determina que conste nos sistemas de registro de informações das polícias civil e militar a concessão de medidas protetivas;
- **PL 1.943/2019:** Dispõe sobre campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

O projeto da deputada Rosa Neide (**PL 1.943/2019**), trata de campanhas para visibilizar o trabalho doméstico não remunerado e incentiva o compartilhamento das tarefas entre homens e mulheres. A ele estava apensado o **PL 1944/2019**, sobre campanhas para o trabalho doméstico remunerado, com divulgação da **Lei Complementar 150/2015**. No entanto, o texto do substitutivo retirou da proposta a questão do trabalho doméstico remunerado. A posição da Fenatrad - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas é de que as duas tenham que ser aprovadas juntas.

Na quarta-feira, dia 14 de abril, a **Comissão de Educação (CE)** vai discutir o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas, para final do ensino fundamental e todo o ensino médio. O [PL 4968/2019](#) é da deputada Marília Arraes e a relatora, deputada Natália Bonavides, deu parecer pela aprovação deste e dos apensados (PL 5474/2019, PL 6340/2019 e PL 428/2020).

A **Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)** discute proposta que exclui os movimentos sociais da classificação de organização criminosa. O [PL 5917/2016](#), de autoria do deputado Patrus Ananias (PT-MG) muda a polêmica Lei de 2013. Mas o relator, delegado Éder Mauro (PSD-PA), deu parecer pela rejeição.

Na **Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)** seguem na pauta duas propostas que acabaram não sendo discutidos na semana passada. O [PL 6244/2016](#), de Rômulo Gouveia (PSD-PB), que trata da designação de locais de internação diferentes das demais puérperas para mulheres cuja gravidez resultou em aborto, morte fetal ou perinatal. O parecer do relator, é pela rejeição, com apresentação de Indicação. Ainda bem, nossa avaliação é que a proposta repete as normativas de humanização do atendimento em saúde já existentes e cabe ao Executivo implementar.

Também está na pauta da CSSF, o [PL 10739/2018](#), de autoria da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) e outras, que dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro. O parecer do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) é pela aprovação deste, e do apensado (PL 1468/2019), com substitutivo.

Na quinta-feira, dia 15, a **Secretaria da Mulher – SECMULHER** terá reunião de instalação e eleição da Mesa. E na sexta, a **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)** realiza Audiência Pública para discutir “O impacto da Reforma Administrativa na vida das mulheres”.

No **Senado** nosso destaque é uma proposta que deve ser discutida no Plenário nesta terça. É o [PL 6298/2019](#), de autoria da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), que institui o **Formulário Nacional de Avaliação de Risco**, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar. A relatora, senadora Leila Barros (PSB/DF), ainda não apresentou seu parecer. O **Consórcio da Lei Maria da Penha** é favorável ao PL.

# PROPOSTAS APROVADAS

DE 5 A 9 DE ABRIL

## CCJC aprovou a redação final de três propostas que seguem para o debate no Senado

E se a programação pedagógica das escolas da rede de educação básica do País fossem obrigadas a discutir o combate à violência contra a mulher? A proposta é tema de alguns projetos. Foi aprovado na CCJ o [PL 2805/2015](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF).

A Comissão aprovou ainda o projeto sobre isonomia das premiações, para homens e mulheres, nas competições esportivas que tenham recursos públicos ([PL 1416/2019](#)); e a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino ([PL 2458/2019](#)).

## Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) terá audiências públicas sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres

A deputada Erika Kokay (PT/DF) fez o pedido ([REQ 3/2021](#)) para a realização de audiência pública sobre a campanha "Nem Pense em Me Matar - Quem mata uma mulher mata a humanidade!", promovida pelo Levante Feminista contra o Feminicídio. A AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras faz parte da campanha.

Já Rejane Dias (PT/PI) que discutir ([REQ 5/2021](#)) em audiência pública o [PL 5554/2020](#), que institui o cadastro Nacional das pessoas condenadas aos crimes de violência doméstica e feminicídio.

O [PL 877/2019](#), de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180 foi aprovado na CMulher. Infelizmente, o texto agora é o proposto no [parecer](#) pela deputada Tábata Amaral, que modifica a Lei Maria da Penha. Para o Consórcio Lei Maria da Penha, o Congresso deveria parar de alterar o texto da Lei a todo momento, descaracterizando várias questões sem discussão com os movimentos. A matéria ainda está em tramitação, agora para a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI.

**Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)** aprovou requerimentos para a realização de audiências públicas e projeto que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos da Gestante recebe pedido de vista.

O "Enfrentamento da Vulnerabilidade de Adolescentes, Crianças e Mulheres Vítimas de Violência" será tema de audiência pública, a pedido ([REQ 82/2021](#)) do deputado Roberto Alves (REPUBLIC/SP). O Deputado é pastor evangélico, com atuação destacada no tema, a partir da [defesa dos valores morais e cristãos da família](#).

O deputado Alexandre Padilha (PT/SP) pediu audiência para debater o objeto do [PL 4302/2016](#), que proíbe o reconhecimento da "União Poliafetiva". Falamos dele no Radar do dia 6 de abril.

## **Senado** aprova criação de Frente Parlamentar

O plenário do Senado aprovou, nos termos da Emenda nº 1 ([Substitutivo](#)), a Frente Parlamentar pelo Desarmamento ([PRS 12/2021](#)), de autoria da Senadora Eliziane Gama – Cidadania/MA.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Casos de violência contra as mulheres poderão ser ajuizadas nas Varas de Violência Doméstica e Familiar

Mais uma proposta de alteração da Lei Maria da Penha. O [PL 3244/2020](#), do Senado Federal (autoria da senadora Zenaide Maia – PROS/RN), altera a Lei para prever o direito de as mulheres em situação de violência doméstica e familiar optarem pelo ajuizamento de ações de família nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar.

## Deputado quer uso obrigatório do botão do pânico para mulheres

Boca Aberta (PROS/PR), quer obrigar o uso do dispositivo móvel de segurança, “botão do pânico”, para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência. Proposta do [PL 1322/2021](#).

## Violência contra a mulher pode ser agravante das condutas incompatíveis com o mandato e puníveis na forma do Código de Ética

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) altera o Código de Ética da Câmara para dispor sobre a paridade na composição do Conselho de Ética e a violência contra mulheres enquanto circunstância agravante para fins de sanção disciplinar. O [PRC 31/2021](#) é assinado por mais oito deputadas.

## Proposta sugere que escusas previstas no Código Penal não se apliquem em contexto de violência doméstica

O senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO) quer alterar o Código Penal para dispor que as escusas absolutórias não se aplicam se o crime for cometido em contexto de violência doméstica, ainda que a violência ou a grave ameaça não constitua elementar do tipo. [PL 1284/2021](#).

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### PL permite gravação de conversas entre vítima e agressor

É o que propõe o [PL 1235/2021](#), de autoria do senador Luiz do Carmo (MDB/GO). As alterações abarcam várias leis: Estatuto da Criança e do Adolescente), o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. No cumprimento de medidas cautelares de proteção, seria usado o dispositivo eletrônico de gravação de conversas entre vítima e agressor, associado ao dispositivo “SOS VIDA”.

### Equilíbrio entre mulheres e homens no Senado

Paulo Paim (PT/RS) propôs alterar o Código Eleitoral para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas ([PL 1333/2021](#)). É dele também o [REQ 2/2021](#), para a realização de uma Audiência Pública sobre o Femicídio.

### Um olhar atualizado sobre discriminação e preconceito

Denis Bezerra (PSB/CE) quer modernizar a disciplina sobre discriminação e preconceito, alterando a ementa e o artigo 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, disciplinando a questão de gênero (sobretudo, a misoginia), além da homotransfobia ([PL 1225/2021](#)).

# VALE A PENA CONFERIR!



## UOL/Universa

Médica de MG cria primeiro serviço de aborto legal por telemedicina do país



## Outras Palavras

Artigo do Cfemea na coluna Baderna Feminista do Outras Palavras. Fura-fila da vacina: pensam que privilégios são direitos



## Intervozes

Vozes Silenciadas - A cobertura das mídias religiosas sobre direitos sexuais e reprodutivos



## Inesc

Relatório Um país sufocado - balanço do Orçamento Geral da União



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.